

NOESIS

NÚMERO 56 • OUT/DEZ 2000 • PREÇO 420\$00 (isento de IVA) € 2,09

DOSSIER

DIREITOS HUMANOS



**Mobilidade
dos Docentes**
Augusto Santos Silva

à conversa com...
Joaquim Romero Magalhães

00056

9 770871 671401

O QUE OS JOVENS (NÃO) SABEM SOBRE OS DIREITOS HUMANOS*

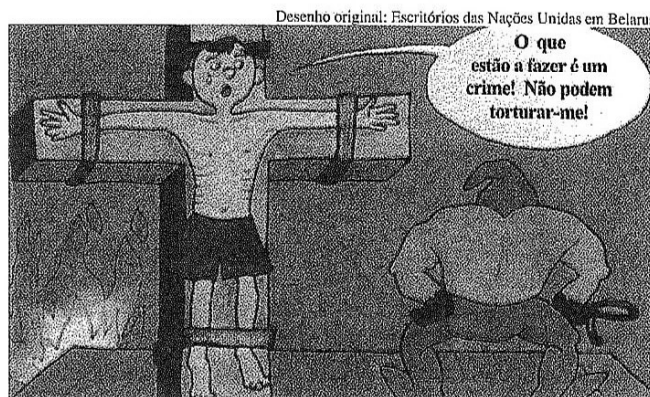
JOSÉ MANUEL PUREZA

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra**

I. O que sabem os jovens sobre os direitos humanos? Posta assim a pergunta, apetece-me ser cru na enunciação daqueles que seriam os tópicos de um discurso de senso comum bem intencionado dos meus filhos Manel e Rita, que têm hoje 16 e 14 anos, e dos amigos deles, sobre os direitos humanos. Esse senso comum é feito das seguintes balizas:

1. os direitos humanos são uma coisa muito boa; são o único indicador aceite por todos de legitimidade dos governantes e de felicidade das pessoas;
2. há povos que cumprem os direitos humanos e povos que os não cumprem; mais, há povos que estão como que predestinados a cumpri-los, porque são democratas, desenvolvidos e civilizados e há outros que estão fatalmente condenados a não os cumprir, porque são culturalmente avessos a isso, porque são sub-desenvolvidos e porque ainda não aprenderam a sair do estado de guerra e de tribalismo; cabe aos primeiros converter os segundos e obrigá-los, se necessário recorrendo à força, a cumprir efectivamente os direitos humanos;
3. os direitos humanos são uma expressão de civilização, mas, sejamos realistas e não líricos: se queremos triunfar e progredir, há muitos outros imperativos que, esses sim, são para valer; os direitos humanos são pouco mais do que boas intenções para uma vida melhor, uma que há-de vir um dia.

O mundo em que os meus filhos Manel e Rita e os amigos deles estão a crescer é o mundo da teologia do mercado e da competição, com os seus totems e as suas liturgias. Por mais que lhes doa a eles e me doa a mim, há três discursos que lhes estamos a passar e que condicionam tudo o que eles pensam, sabem e sentem sobre a cidadania e os direitos humanos. O primeiro é o *discurso da funcionalidade*. Enuncia-se nestes termos: é bom o que funciona bem. O mandamento máximo é o da performance óptima do sistema e isso acarreta uma deslegitimação de todas as proposições que escapem ao império da acção racional dirigida a fins.



O segundo discurso é o *discurso do realismo*. Enuncia-se assim: é fundamental ser-se realista e ser realista é basicamente reproduzir o que está. Os factos (o que está) contrapõem-se aos valores (o que deve estar) e têm sobre eles absoluta primazia. O que está é o que deve estar, porque a História nos ensina que sempre foi assim e tudo o mais é sonhar alto e cair num utopismo de realização prática inviável.

O terceiro discurso é o *discurso do subjectivismo*. Enuncia-se assim: cada um de nós é acima de tudo um indivíduo, rodeado de objectos disponíveis para a nossa apropriação. Cada um de nós nasceu para ser um "master of the universe", dominador do seu ambiente próximo. É pela apropriação das coisas, das relações com os outros e pela manipulação da natureza que o indivíduo se reconhece como um ser livre. Ter "direito a" é a linguagem que a modernidade forjou para dar corpo a esta visão das coisas. Neste caldo de cultura, arriscamo-nos a que aquilo que os jovens sabem sobre os direitos humanos seja o menos importante, senão mesmo o supérfluo. Sugiro que, para eles como para muitos de nós, o discurso dos direitos humanos deixou de ser um discurso de denúncia e de contestação profunda e passou a ser um discurso ordeiro em todas as escalas (tanto a nacional como a mundial). E que, por isso mesmo, importa muito mais educarmo-nos na vivência dos direitos humanos e da cidadania do que educarmos para os direitos humanos e a cidadania.

* Versão condensada da comunicação apresentada ao Encontro Internacional "Educação para os Direitos Humanos", organizado pelo Instituto de Inovação Educacional e apoiado pela Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 6 de Dezembro de 2000).

** Coordenador do grupo português de acompanhamento do Projecto "Educação para a Cidadania Democrática" do Conselho da Europa

É neste sentido que acho indispensável fazermos-nos a outra pergunta: o que é que os jovens não sabem sobre os direitos humanos?

II. No essencial, eu creio que os jovens não sabem três coisas fundamentais sobre os direitos humanos. Em primeiro lugar, os jovens não se dão conta de que os direitos humanos se tornaram num soundbyte da ética de superfície suportada pela televisão no nosso tempo. Aquilo a que o Manel e a Rita chamam universalidade dos direitos humanos é, para eles, fundamentalmente, uma solidariedade tão genuína quanto virtual. Produtos da instantaneidade da informação por satélite, o Manel e a Rita balançam entre um efectivo sentido de responsabilidade para com todos, indistintamente, e o puro *voyeurismo* do sofrimento dos outros. Para o Manel e a Rita já não há boas causas mas apenas vítimas de causas más. Por isso, eles despertam para a importância dos direitos humanos quando são confrontados com o sofrimento das vítimas. Mas é um despertar frouxo e frágil. É uma sensação, mais do que uma opção. Tanto mais quanto vive ao sabor do efeito de banalização e de efemerização que a imagem televisiva imprime às suas narrativas. O Manel e a Rita não sabem que os direitos humanos, que eles acreditam serem uma nova gramática da decência, são também refens das leis da emotividade e da fidelização de audiências televisivas em horário nobre.

A Rita é daquelas que se encantam cada vez que um professor dá sinais de atenção personalizada para com um mal-estar.

sos conceitos e das nossas experiências de cidadania e de democracia. Herdeiros da modernidade ocidental, bebemos nela a artificiosa contraposição entre Estado e sociedade civil e construímos o discurso do "ter direito a" como símbolo da autonomia dos indivíduos face ao Estado e à sua capacidade opressiva. Pelo meio, esquecemos o relacionamento horizontal entre as pessoas. Por isso, os direitos humanos e a democracia pararam à porta da escola, à porta da família, à porta da fábrica, à porta do bairro, à porta da comunidade internacional. Talvez por isso alguns de nós sintam (inconfessadamente, como convém...) tanta estranheza e tanto desconforto com esta ideia bizarra de trazer a educação para a cidadania para dentro da escola.

O que o Manel e a Rita precisam de experimentar (mais do que saber) sobre os direitos humanos, é que eles são uma das formas mais ricas de exprimir quanto há de crucial nos princípios da responsabilidade e da comunidade nos frágeis tecidos sociais em que vivemos hoje. Alguém escreveu recentemente:

A segunda coisa que o Manel e a Rita não sabem acerca dos direitos humanos é que eles são, paradoxalmente, a revelação maior da estreiteza dos nos-

"todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos". Esse alguém sabia que a densidade da comunidade e das relações sociais (em homenagem aos direitos humanos, à dignidade ou ao respeito pela criação) exige uma nova centralidade do cuidado. A Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, presidida por Maria de Lurdes Pintasilgo, no seu fundamental relatório "Cuidar o Futuro", sublinhou que "como o cuidado se baseia na constante interacção entre as pessoas, tem nele próprio a capacidade de reforçar atitudes e práticas igualitárias e situa-se no oposto das relações de força e do exercício da autoridade".

A Rita é daquelas que se encantam cada vez que um professor dá sinais de atenção personalizada para com um mal-estar, uma tristeza ou um entusiasmo de um aluno. O Manel acha que a política é uma coisa importante e revolta-se cada vez que, na sala de aula ou na relação entre a direcção da escola e os estudantes, falham as relações de reciprocidade. Sem saberem grande coisa sobre os direitos humanos, os meus filhos e os amigos deles só serão cativados para esta luta se tiverem da parte dos professores, dos pais e de todos os mais velhos, testemunhos honestos de cuidado.

Enfim, a terceira coisa fundamental que o Manel e a Rita não sabem sobre os direitos humanos é que, ao contrário do que lhes temos ensinado, eles são um impulso desordeiro.

A luta pela dignidade - essa de que os direitos humanos são expressão maior entre nós - nunca foi cândida e suavemente acolhida pelos dominadores. O Manel e a Rita precisam de saber que a mesma Europa que hoje clama pela conversão de outros povos à bondade e à superioridade dos direitos humanos, foi precisamente a mesma que, no início da colonização das Américas e da África, negava que os índios e os negros tivessem alma e direitos individuais. Foi essa Europa que não perdoou a Bartolomeu de Las Casas e a António Vieira a defesa da dignidade dessa gente inferior, talhada para ser escrava. O Manel e a Rita precisam de saber que essa fidelidade ao carácter subversivo dos direitos humanos atirou esses visionários para o degredo da Inquisição, como continua a atirar para as prisões, tanto as físicas como as simbólicas que se materializam no anátema de 'extremistas' ou 'fundamentalistas', todos aqueles que vêem indignidades onde a maioria vê imperativos do mercado, da lei ou da conveniência do momento.

O senso comum generoso que o Manel, a Rita e os seus amigos partilham acerca dos direitos humanos precisa de ser cuidado, robustecido e podado. Precisa do adubo do espírito crítico e auto-crítico, precisa da estaca de mais conhecimento e do ambiente de uma prática quotidiana condizente em todas as comunidades de referência: a escola, a família, a cidade. Acho que é isso que nos querem dizer quando nos falam em educação para e na cidadania.